

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

VIVIAN MARIA MOTA JERONIMO

**A censura a bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura militar
(1964-1985): uma revisão bibliográfica**

São Paulo,
2024

VIVIAN MARIA MOTA JERONIMO

A CENSURA A BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS DURANTE A
DITADURA MILITAR (1964-1985): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de conclusão de curso de
graduação em Biblioteconomia apresentado
ao Departamento de Informação e Cultura,
da Escola de Comunicações e Artes, da
Universidade de São Paulo.

Orientador: Profº Drº Edmir Perrotti

São Paulo,

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Jeronimo, Vivian Maria Mota

A censura a bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura militar (1964-1985): uma revisão bibliográfica / Vivian Maria Mota Jeronimo; orientador, Edmir Perrotti. - São Paulo, 2024.

49 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Informação e Cultura / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. Censura. 2. Ditadura Militar. 3. Biblioteca Universitária. I. Perrotti, Edmir. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

A censura a bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura militar
(1964-1985): uma revisão bibliográfica / Vivian Maria Mota Jeronimo; orientador,
Edmir Perrotti. - São Paulo, 2024. 49 p.: il.

Nome: Jeronimo, Vivian Maria Mota

Título: A censura a bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura militar
(1964-1985): uma revisão bibliográfica

Aprovado em: ___/___/_____

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Edmir Perrotti, por aceitar me orientar nesse trabalho e pela paciência ao longo do processo.

Agradeço à Jana que, em meio à necessidade, me emprestou o computador que fez com que eu conseguisse realizar este trabalho.

Às pessoas da minha família que acreditaram em mim e me incentivaram a ir mais longe.

À Casa do Povo pelas oportunidades e apoio que me ajudaram na vida profissional, acadêmica e pessoal.

À BibIP e seus funcionários que me acolheram e ainda acolhem com tanto carinho, Angelica, Ana Rita, Luzia, Wanderley e, em especial, à Lucila que não apenas foi essencial para a construção deste trabalho, mas é também o exemplo de pessoa e bibliotecária que eu quero ser quando crescer.

Ao Clube das Senhoras pelas manhãs, tardes e noites de bordados, crochês, treinos e fofocas, por cuidarem de mim, por rirem comigo e por julgarem as minhas péssimas escolhas na vida amorosa.

À Ana e à Madu por serem meu porto seguro, acreditarem em mim e permanecerem comigo mesmo depois de 7 anos de distância física. Eu amo vocês do fundo do meu coração.

E à Carol, minha metade platônica da laranja, companheira de graduação desde o dia um, sem quem eu não teria chegado até aqui, e ao André, amigo querido e metade da laranja dela. Não sei o que teria sido de mim sem o apoio e amizade de vocês.

Nas palavras de Elle Woods (e em tradução livre):

Agradeço a cada um e a todos. Aos que acharam que eu ia perder, aos que me ensinaram como fracassar e aos que me ajudaram a prevalecer.

Se hoje estou aqui foi porque vocês ajudaram a encontrar o meu caminho.

RESUMO

Durante o regime militar estabelecido no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, o governo se utilizou da censura como ferramenta de controle político e moral. A partir de revisão bibliográfica de trabalhos encontrados nos repositórios da Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo, este trabalho teve por objetivo entender se e como a censura do governo militar atingiu as bibliotecas universitárias brasileiras. Com base em diferentes autores, é apresentada uma breve história da censura no Brasil, relato que antecede a exposição de acontecimentos que se sucederam após o golpe militar de 1964, relacionados à problemática da censura, com foco especial na censura às bibliotecas das Os relatos expostos fornecem elementos que confirmam a existência de ações censórias a Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo bibliotecas universitárias, além da criação de um clima de insegurança institucional, responsável em algumas universidades pela retirada de livros das estantes das bibliotecas, por serem considerados subversivos pelo regime.

Palavras-chave: Censura; Biblioteca Universitária; Livros; Ditadura Militar; Brasil;

ABSTRACT

During the military regime established in Brazil between 1964 and 1985, the government used censorship as a tool of moral and political control. Based on a bibliographical review of works found in the repositories of the Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul and Universidade de São Paulo, this work aimed to understand whether and how censorship by the military government affected Brazilian university libraries. Based on different authors, a brief history of censorship in Brazil is presented, a report that precedes the exposure of events that occurred after the 1964 military coup, related to the problem of censorship, with a special focus on censorship of the libraries of the Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul and Universidade de São Paulo. The reports presented provide elements that confirm the existence of censorship actions against university libraries, in addition to the creation of a climate of institutional insecurity, responsible in some universities for the removal of books considered subversive by the regime, from the library shelves.

Keywords: Censorship; University Library; Books; Military dictatorship; Brazil;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parecer do Livro “Feliz Ano Novo”	11
Figura 2 - Capa do livro “Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas”	19
Figura 3 - Estudante e oficial nazista saqueiam biblioteca do Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim	21
Figura 4 - Estudantes carregando bandeiras nazistas marcham ao redor de fogueira de livros não-germânicos em Opernplatz	22
Figura 5 - Catálogo de Livros Proibidos em Portugal	25

LISTA DE SIGLAS

ADUSP Associação de Docentes da Universidade de São Paulo

AI-1 Ato Institucional N°1

AI-5 Ato Institucional N°2

ALA Associação Americana de Bibliotecas

ALA'sOIF Gabinete da Liberdade Intelectual da Associação Americana de Bibliotecas

BCE Biblioteca Central

CEIS/UFRGS Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CNV Comissão Nacional da Verdade

CODI Centro de Operações de Defesa Interna

CRB Conselho Regional de Biblioteconomia

DCDP Departamento de Censura a Diversões Públicas

DIP Departamento de Imprensa e Propaganda

DOI Departamento de Operações de Informação

IFCS Instituto Federal de Ciências Sociais

IH Instituto de História

INL Instituto Nacional do Livro

MJ Ministério da Justiça

Oban Operação Bandeirantes

SCDP Serviço de Censura a Diversões Públicas

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UFF Universidade Federal Fluminense

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB Universidade de Brasília

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DITADURA MILITAR BRASILEIRA: 1964 A 1985	13
3 CENSURA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ABORDAGEM HISTÓRICA	17
3.1 BRASIL COLÔNIA E PORTUGAL	24
3.2 ERA VARGAS (1930 A 1945)	28
3.3 GOVERNOS DE 1946 A 1964	30
3.4 DITADURA MILITAR (1964-1985)	31
4 A CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA DITADURA MILITAR	33
4.1 BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	33
4.2 BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	36
4.3 BIBLIOTECA MARINA SÃO PAULO DE VASCONCELOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	37
4.4 BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
BIBLIOGRAFIA	43

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2024, completou 60 anos o golpe que destituiu João Goulart da presidência da república e instaurou uma ditadura militar no Brasil que durou de 1964 a 1985. Tal período foi marcado por perseguição política, tortura e censura. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (2014), cerca de 434 pessoas foram mortas pelo regime, havendo também desaparecidas das quais não se tem notícias quase 40 anos depois do fim da ditadura. Além de várias outras razões, a dificuldade de se localizar alguns dos desaparecidos deve-se à queima em massa de documentos (Fantástico, 2004), problema conexo aos objetivos deste trabalho, a saber, a censura às bibliotecas universitárias no período.

Entre livros de ficção, livros didáticos, peças teatrais, poemas e outros documentos, estima-se que entre 200 e 450 obras literárias consideradas subversivas ou contrárias à moral e aos bons costumes foram censuradas durante o regime militar (Ratsham, 2019). A razão pela censura variava muito pouco, podendo se resumir a materiais contra o governo, considerados subversivos ou propaganda comunista, bem como materiais que atacassem a “moral e bons costumes” em especial da família tradicional, visada como ideal pelo governo do período. O texto abaixo mostra com clareza alguns aspectos da questão:

Figura 1 - Parecer do Livro "Feliz Ano Novo"

PARECER Nº <u>594,76</u>
TÍTULO: <u>"FELIZ ANO NOVO"</u>
CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: <u>NÃO LIBERAÇÃO</u>
Obra literária
<p>O presente livro de Rubem Fonseca, publicado pela Editora Artenova S.A., estabelecida à Rua Prefeito Olímpio de Melo, número 1774, São Cristovão - RJ., reunindo vários contos autônomos do referido autor, retrata, em quase sua totalidade, personagens portadores de complexos, vícios e taras, com o objetivo de enfocar a face obscura da sociedade na prática da delinquência, suborno, latrocínio e homicídio, sem qualquer referência a sanções.</p> <p>O autor utilizou-se de uma linguagem bastante popular onde a pornografia foi largamente empregada, como pode ser constatado nas 35 páginas assinaladas.</p>

Fonte: Revista Comciência (2019)

As universidades brasileiras foram alvos bastante visados pelo regime, principalmente após a reforma universitária de 1968, a partir da qual os reitores e vice-reitores passaram a ser nomeados diretamente pelo governo (BRASIL, 1968). Além da influência na administração, a comunidade universitária sofreu perseguições que resultaram em prisões, desaparecimentos e expurgos de funcionários, docentes e estudantes. Tais atos vieram a público por meio de *Comissões da Verdade* instauradas nessas instituições e cujas investigações apontaram a gravidade da situação produzida pelo Estado repressor, no período ditatorial.

Ciente da repressão às universidades e da censura aos livros, este trabalho de conclusão de curso nasce buscando descobrir de que forma, no encontro da repressão e da censura, as bibliotecas universitárias foram atingidas pelo regime. Por meio de levantamento bibliográfico, ele teve por objetivo entender se e de que forma a censura atingiu as atividades bibliotecárias nas universidades brasileiras.

É interessante mencionar que o enfoque inicial do trabalho era a censura às bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP). Dado o tempo de realização do TCC e a dificuldade das buscas de informação, a autora não conseguiu reunir,

todavia, informações que lhe parecessem suficientes para tal. Há escassez de literatura sobre o assunto que se soma à dificuldade mencionada em relação ao tempo, bem como à dificuldade em se identificar e contatar pessoas que vivenciaram situações ligadas à proposta inicial, ligadas às bibliotecas universitárias da USP. Com isso, o objeto de estudo deste trabalho precisou ser redimensionado, a fim de que os os objetivos principais dessa pesquisa se mantivessem.

Durante levantamentos realizados, tendo em vista a proposta inicial, encontramos dados referentes a outras universidades, como a UnB, a UFRGS e a UFRJ. Decidimos, então, dar centralidade a eles, já que o conjunto pareceu-nos capaz de responder satisfatoriamente às questões que estão na base do trabalho, ou seja, a censura nas bibliotecas universitárias no período da ditadura militar. Os dados então coletados sobre ações censórias nas universidades referidas, como os da USP, passaram a formar o *corpus* com o qual trabalharíamos e que está aqui descrito.

Em uma era em que muito se discute estratégias para o combate a *fake news*, a regulamentação das redes, por vezes, é expressa como ataque à liberdade de expressão e à vida democrática. Por isso, esse trabalho, além de constituir documento sobre momento especialmente problemático da história brasileira passada, justifica-se, também, por proporcionar elementos para se pensar o presente e para diferenciar censura e regulação das redes sociais. Se a censura foi ato estrutural e estruturante de uma dinâmica de supressão de liberdades e de instituições caracterizadoras da vida democrática, no Brasil, a regulação referente às redes sociais, discutida no momento atual, em que pese as dificuldades para distingui-la da censura, situa-a em relação a quadro institucional que supõe o funcionamento das instituições que dão objetividade e consistência à vida democrática.

A pesquisa aqui realizada é de caráter qualitativo e é uma revisão bibliográfica dos trabalhos de autores como Rodrigues (2017, 2020), Chaffes (2009), Oliveira (2016), Rodrigues (2013) e Leitão (2011) que abordaram a censura às bibliotecas de suas instituições (Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo). A escolha desses trabalhos foi feita a partir de busca em repositórios da Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e Universidade de São Paulo.

A fundamentação teórica para traçar o histórico da censura no Brasil em diferentes períodos de tempo se baseou nos trabalhos de Leitão (2010), Martino e Sapaterra (2006), Reimão (2011, 2014), Igreja (2021), Hallewell (2012) e em leis e decretos brasileiros. Em relação ao mapeamento dos acontecimentos da ditadura militar tomou-se como referência os estudos de Reimão (2011, 2014), Igreja (2021) e a constituição, decretos e atos institucionais instaurados durante o período.

Esse trabalho está organizado em cinco capítulos, a saber: no primeiro é apresentado o trabalho e seus objetivos juntamente com a metodologia; no segundo se discorre sobre a ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985, e suas desenvolturas; o terceiro capítulo define e traça o histórico da censura no Brasil aos longo dos anos; o quarto capítulo aborda a censura às bibliotecas da Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo; o quinto, traz considerações finais a respeito da pesquisa realizada.

2 DITADURA MILITAR BRASILEIRA: 1964 A 1985

Em 31 de março de 1964, o Brasil foi palco de um golpe de Estado que destituiu o então presidente João Goulart, democraticamente eleito, deixando o poder nas mãos dos militares brasileiros. O golpe escorou-se na justificativa de proteger o país contra a ameaça comunista, centralizada na figura do presidente com suas propostas conhecidas como “Reformas de Base”.

Seguidamente ao golpe, em 9 de abril do mesmo ano, foi publicado o Primeiro Ato Institucional que, mais a frente, ficou conhecido como AI-1. O documento procurava legitimar as ações da junta militar então no poder, atribuindo-lhe poderes extra constitucionais. Ao todo, houve 17 Atos Institucionais, entre 1964 a 1969, dos quais se destacam os 5 primeiros, utilizados para limitar e suprimir liberdades e direitos sociais e individuais, além de aumentar o poder do executivo.

O Ato Institucional de maior influência nas ações que se seguiram nos anos da Ditadura Militar foi o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que, em suma:

“Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.” (Portal da Legislação, s.d.)

O AI-5 foi um marco que deu início aos difíceis anos da ditadura militar brasileira, conhecidos como “anos de chumbo”, e fez, também, com que a censura aos meios de comunicação crescesse enormemente, mesmo se já estivesse em vigência a Lei da Imprensa, de 1967, que buscava enquadrar a “liberdade de manifestação do pensamento e de informação” (Rosenthal, 2007).

A censura durante a época da ditadura militar atingiu a imprensa, como também as artes. Qualquer coisa que desagradasse o regime era considerada subversiva e duramente reprimida. Durante os anos em que o AI-5 esteve em vigor, foram censurados cerca de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros, 100 revistas e mais de 500 músicas (Ventura, 1988, p. 285)

Em resposta a essa onda de silenciamento, jornalistas e artistas procuravam meios alternativos de se manifestarem. Na imprensa, era comum encontrar receitas culinárias e poemas no lugar de matérias censuradas. Nas artes, letristas se utilizavam de metáforas e alegorias para que as músicas fossem aprovadas pelo regime.

Além da censura imposta às obras, as punições, ameaças e perseguições a intelectuais, jornalistas e artistas com ideias contrárias ao regime era severa, resultando em prisões e exílios, tanto de nomes pouco conhecidos do público em geral como de outros, já reconhecidos como “grandes nomes” que circulavam na mídia à época, como Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Gil, Caetano Veloso e tantos outros.

A censura foi uma forma de controle utilizada pelo regime militar instaurado, mas não foi a única estratégia utilizada pelo governo para se manter no poder. Era parte de uma estratégia, formada por vários eixos articulados entre si. Em 1969 foi criada em São Paulo, integrando forças militares e policiais, a Oban - Operação Bandeirantes -, que buscava centralizar investigações e repressões contra organizações de esquerda, sendo um dos maiores centros de tortura e assassinato

durante a ditadura (Memorial da Democracia, c2015-2017). A Oban foi precursora do mais conhecido DOI-CODI, Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna, que teve bases em vários estados brasileiros. Apesar de frequentemente serem mencionados juntos, os dois eram órgãos distintos, mesmo que se complementassem. Assim, o DOI era responsável pelas ações práticas de busca, apreensão e interrogatório de suspeitos, e o CODI pela análise de informações, coordenação dos diversos órgãos militares e pelo planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda. Esses órgãos seguiam a Doutrina da Guerra Revolucionária, acreditando que os conflitos modernos deveriam ser combatidos “[...] não apenas com armas, mas também com ideias, livros e ações psicológicas, [...] transformando qualquer oposição ao regime em ato de guerra.” (Godoy, 2014) e, por isso, ficaram conhecidos como centro de tortura e assassinato dos adversários do regime (Memorial da Democracia, c2015-2017). O DOI-CODI não foi responsável apenas pelo grande número de mortos e torturados durante a Ditadura Militar; deixou, também, um número expressivo de desaparecidos durante seus anos de atuação (Comissão Nacional da Verdade, 2014)

Após 21 anos de regime e 5 presidentes militares, a ditadura brasileira tem fim com a eleição indireta do civil Tancredo Neves para presidente, em 1985. Antes disso, porém, em 1979 é promulgada a Lei da Anistia, segundo a qual:

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.” (Brasil, 1979)

Dessa forma, a lei garantia anistia também aos agentes responsáveis pela repressão, tortura e demais crimes cometidos em nome do regime militar, sendo tal opção, sem dúvidas, um duro golpe aos familiares de desaparecidos do período e de suas vítimas. Não se tratou apenas de impunidade como de falta de respostas e esclarecimentos do que houve, por exemplo, no interior dos DOI-CODI's.

Após o retorno da democracia ao país, em 1985, foram necessárias várias décadas de luta em busca de se revelar a verdade em relação aos crimes cometidos

no período pelas forças da repressão. Assim, foi criada em 18 de novembro de 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff, e instaurada em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta comissão tinha por objetivo investigar as graves violações de Direitos Humanos que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, bem como apurar os casos de desaparecidos políticos.

A criação da CNV foi tardia, mas ainda assim um marco importante para se esclarecer um dos períodos mais violentos da história do Brasil e, também, para que se construísse de forma honrosa a memória das vítimas. Na cerimônia de instalação, em seu discurso, Dilma Rousseff ressaltou que:

"O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la" (Presidência da República, 2012)

A autoridade da CNV, porém, se resumia a investigar e apurar os fatos ocorridos no período, sem julgar ou punir os responsáveis. Foi composta por sete conselheiros, designados pela então presidenta da República e catorze assessores, além de pesquisadores, peritos, consultores, colaboradores, profissionais de comunicação, estagiários, arquivistas, revisores, entre outros, somando mais de uma centena de pessoas.

Essa equipe foi então dividida em três subcomissões e 13 Grupos de Trabalho (GT). Nos seus 2 anos de funcionamento, a CNV colheu 1.121 depoimentos em audiências públicas e privadas, investigou locais e instituições relacionadas às violações de direitos humanos e examinou documentos, arquivos e outras fontes de informações do período. Foram ouvidas vítimas, testemunhas, familiares de desaparecidos e mortos, e também agentes responsáveis pelas detenções e torturas da época.

Em 10 de dezembro de 2014, a CNV resultou em um relatório composto por 3 volumes. O volume 1 é composto pelo relato de todos os trabalhos da CNV, seus resultados e conclusões das investigações realizadas sobre as gravíssimas

violações de direitos humanos ocorridas e lista 29 recomendações para que as práticas repressivas do período, retomadas mais à frente, jamais se repitam. Já o volume 2 reuniu textos temáticos sobre a violência a grupos específicos, como povos indígenas, homossexuais, entre outros, e uma análise do apoio à ditadura por parte de alguns setores civis, como o empresariado e, também, de formas de resistência que demais setores civis se utilizaram contra a mesma.

Por fim, o volume 3 foi dedicado ao esclarecimento possível sobre as mortes das 434 pessoas reconhecidas como desaparecidas e mortas durante a ditadura. Registrou-se parte da história de cada uma das vítimas, tendo em vista a busca de reconhecimento pelo Estado dos excessos cometidos por seus agentes, bem como a restituição mínima da dignidade das vítimas, mesmo que de modo póstumo.

Ao todo, a CNV nomeou 377 pessoas como responsáveis, direta ou indiretamente, pelos crimes praticados no período ditatorial, como tortura e assassinato, levando ao reconhecimento oficial pelo Estado, finalmente, de sua responsabilidade nas graves ocorrências do período. Além disso, no volume 1 do relatório final, a CNV escreveu 29 recomendações ao Estado brasileiro para garantir instituições democráticas e impedir novas violações aos direitos humanos.

Apesar de passados já quase 10 anos, a maioria das recomendações da CNV não foram cumpridas. Das 29 expostas no documento, apenas 4 foram cumpridas por inteiro, 6 foram parcialmente e as demais não chegaram a sair do papel.

3 CENSURA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ABORDAGEM HISTÓRICA

Para o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, censura é definida como:

“1. Proibição de publicar e divulgar idéias, notícias, imagens e conceitos que são considerados, pelas autoridades, como elementos capazes de abalar a autoridade do governo, ou a ordem social e moral. 2. Controle exercido sobre a informação e os livros, com a finalidade de decidir sobre a oportunidade, ou inoportunidade, de sua disseminação. (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 76)”

Complementando a definição, Rodrigues afirma que “a censura age em três níveis, assume três formas principais, aplicadas a tudo que é objeto de censura:

afirmar que uma coisa não é permitida, impedir que uma coisa seja obtida e negar que uma coisa exista” (2013, p.28)

Essas definições permitem entender como a censura está diretamente atrelada com poder e controle e, por isso, se torna aparato central para a manutenção de regimes totalitários. A escolha do que deve ou não ser divulgado e disseminado à população em geral é uma forma usual desses regimes barrarem o crescimento do pensamento crítico e principalmente de ideias contrárias aos interesses que defendem.

No Brasil, a censura foi utilizada por detentores do poder em diferentes momentos, sob diferentes formas. Bastos (2008) observa três tipos diferentes de censuras categorizadas e diferenciadas em relação à forma com que são impostas:

- “1. Censura prévia (ou preventiva): direito governamental de vigiar manifestações culturais (livros, peças, filmes, etc.), fora da intervenção de tribunais;
2. Censura punitiva (ou repressiva): proibição após a apreciação pública com responsabilidade de autoridade, isto é, censura depois da publicação do texto, da veiculação de um programa televisivo, etc.;
3. Censura indireta: juízo moral em parâmetros mutáveis e repressivos a determinados comportamentos.” (Bastos, 2008, p. 15-16 *apud* Rodrigues, 2017, p.18-19)

Vergueiro (1987) ainda fala sobre uma autocensura praticada por bibliotecários, disfarçada “[...] sob o manto de seleção de materiais para a biblioteca” (p.25). Portanto, do ponto de vista das bibliotecas, faz-se pertinente e indispensável diferenciar censura de seleção.

O bibliotecário Asheim coloca como principal diferença entre censura e seleção suas abordagens, uma vez que o selecionador procura razões para manter o livro e o censor razões para rejeitá-lo (1928). Selecionar um livro consiste em analisar seu conteúdo e possíveis contribuições para a comunidade da biblioteca, enquanto que, para censurá-lo, busca-se ativamente aberturas para interpretações errôneas e razões fora do livro para rejeitá-lo, razões essas alinhadas, em geral, com crenças pessoais (Asheim, 1928). Assim, segundo o autor:

“Seleção busca proteger o direito do leitor de ler; Censura busca proteger - não o direito - mas o próprio leitor dos efeitos imaginários de sua leitura. O selecionador tem fé na inteligência do leitor; o censor tem fé apenas na sua própria.”(Asheim, 1928, tradução nossa¹)

¹ Selection seeks to protect the right of the reader to read; censorship seeks to protect – not the right – but the reader himself from the fancied effects of his reading. The selector has faith in the intelligence of the reader; the censor has faith only in his own.

O caso de recolhimento de livros das salas de leitura de São José dos Campos, no Estadão, após denúncia de um vereador ilustra bem essa diferenciação. O livro “Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas”, que conta trajetórias de mulheres cientistas em diferentes áreas através de poemas e ilustrações, foi retirado das salas de leitura de escolas municipais pela prefeitura após queixa de vereador que o livro trazia apologia ao aborto ao falar de “direitos reprodutivos” (Livros de Mulheres...).

Figura 2 - Capa do livro “Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas”



Fonte: Editora Mostarda

Em vídeos nas redes sociais, o vereador Thomaz Henrique Barbosa da Silva nega acusação de censura se justificando em razões próprias para a retirada do livro, como não considerar Mariele Franco, uma das personalidades retratadas um exemplo de mulher a ser seguida (Da Silva, 2024) e interpreta verso sobre a luta dos direitos reprodutivos apenas como apologia ao aborto (Da Silva, 2024). As razões citadas pelo vereador nada têm a ver com seleção de obras adequadas para as salas de leitura da rede municipal de ensino, uma vez que se busca avidamente motivos para rejeitá-lo com base em sua própria ideologia política, sem qualquer preocupação educacional, como aponta o Ministério Público que recomendou que os livros fossem redistribuídos (Prado, 2024).

Casos de recolhimento de livros em bibliotecas escolares se tornaram comuns também nos Estados Unidos, principalmente nos últimos anos. Relatório divulgado pela Associação Americana de Bibliotecas (ALA) através de seu Gabinete pela Liberdade Intelectual (OIF) aponta que, em 2023, 4.240 títulos foram censurados e que houve 1.247 tentativas de censura a livros, materiais e outras fontes, 65% a mais que o ano anterior (ALA'sOIF, 2024). Ainda segundo a ALA, a maioria das obras retratam experiências de pessoas LBTQIA+, negras, indígenas e outras pessoas de cor, porém os títulos não se resumem a essa temática. O livro ganhador do Prêmio Pulitzer de 1992 “Maus”, de Art Spiegelman, que retrata o holocausto através da história de um sobrevivente, foi proibido em 2022, no estado do Tennessee.

As razões pelos banimentos, no geral, são justificadas como maneiras de proteger os estudantes, mesmo que nem sempre se justifique de quê. O conselho escolar do distrito de Island Trees Union apontou a proibição de 9 títulos na justificativa de que eram “anti-americanos, anti-cristãos, antisemitas e simplesmente obscenos e que, por essas razões, tinham a obrigação de proteger os estudantes deste perigo moral.” (Kim, 2022, tradução nossa²)

Da mesma forma que no caso do vereador de São José dos Campos, a censura aqui é evidente, uma vez que os afastamentos dos livros das estantes das bibliotecas escolares nada têm a ver com preocupações a objetivos educacionais, apenas com razões associadas à moral pessoal. Banir obras de certos grupos é uma tentativa de barrar o acesso de estudantes a diferentes vozes da literatura e, com isso, a diferentes realidades e culturas. Uma tentativa, também, de gerir o tipo de informações que podem ou não serem consumidas, é característica presente em um regime totalitário.

Ao pensar sobre a história da censura, é de interesse referir-se a um dos procedimentos mais notórios de banimento de livros: as grandes fogueiras de publicações. A Alemanha nazista é um ótimo exemplo de regime que se utilizou da queima de livros, visando apagamento cultural. Para além de colocar fim ao processo produtivo cultural de judeus e de censurar o que já havia sido produzido, o regime protagonizou muitos casos de queimas de obras “inimigas do povo” (Brasil, 2016, p. 41) já em 1933.

² [...]“anti-American, anti-Christian, anti-Semitic, and just plain filthy” and that it had an obligation to protect students from “moral danger.”

Báez (2006) aponta diferentes pontos de queimas durante março e maio de 1933, mas destaca que, em 5 de maio do mesmo ano, ato de estudantes da Universidade da Colônia que recolheram todos os livros de escritores judeus da biblioteca da instituição e os queimaram horas depois (p.179). Um dia depois, em 06 de maio de 1933, houve também invasão do Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim, realizada pela juventude nazista, com outras organizações. Foram recolhidos meia tonelada de folhetos e livros dos acervos e biblioteca da instituição (Báez, 2006, 179). A alegação era de luta contra o espírito não-germânico, justificativa que acarretou, também, na maior das queimas de livros, em 10 de maio de 1933, em 34 cidades e cidades universitárias alemãs, totalizando a queima de mais de 25 mil livros. (United States Holocaust Memorial Museum, s.d.).

Figura 3 - Estudante e oficial nazista saqueiam biblioteca do Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum #01628

Joseph Goebbels, ministro no Ministério de Propaganda, participou dos atos de 10 de maio e discursou em Opernplatz, onde a queima aconteceu de forma festiva (Báez,2006, 180). Em seu discurso, Goebbels declarou que:

“A época extremista do intelectualismo judeu chegou ao fim e a revolução da Alemanha abriu as portas novamente a um modo de vida que permita chegar à verdadeira essência do ser alemão. [...]. Durante os últimos 14 anos vocês, estudantes, sofreram em silêncio vergonhoso a humilhação da República de Novembro, e suas bibliotecas foram inundadas pelo lixo e pela corrupção do asfalto literário dos judeus. [...]. Portanto, vocês agem corretamente quando, a esta hora da meia-noite, entregam às chamas o espírito diabólico do passado [...]. O passado perece nas chamas, os novos tempos renascem dessas chamas que queimam em nossos corações” (Goebbels, 1933, *apud* Báez, 2006, p. 180)

Figura 4 - Estudantes carregando bandeiras nazistas marcham ao redor de fogueira de livros não-germânicos em Opernplatz



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum #68984

Durante o ato, estudantes entoavam hinos e marchavam ao redor da fogueira com bandeiras nazistas e também preparam frases para serem ditas antes da queima de diferentes livros, dentre elas:

“Contra os jornalistas judeus democratas, inimigos do Povo. Por uma cooperação responsável para reconstruir a nação. THEODOR WOLFF, GEORG BERNHARD.

Contra a arrogância que arruína o idioma alemão. Pela conservação do mais precioso direito do Povo. ALFR.F.D KERR.

Contra a impudícia e a presunção. Pelo respeito e a reverência devida à eterna mentalidade alemã. TUCHOESKY, OSSIETZKY.]” (Báez, 2006, p. 180-181)

É interessante destacar que as fogueiras públicas não foram a única forma de queima de livros durante o regime. Pessoas comuns queimaram livros às escondidas, com medo de terem suas casas invadidas pela Gestapo - polícia secreta alemã - e livros proibidos encontrados, porém necessitavam contar com o bom senso a partir dos discursos de Goebbels, uma vez que o partido não divulgou lista de livros banidos (Rodrigues, 2012, p.38).

Os atos de bibliocastia cometidos pelo partido nazista, não ficaram restritos apenas à Alemanha. Diversas bibliotecas foram queimadas na Polônia e cerca de 15 milhões de livros desapareceram, enquanto na Tchecoslováquia a biblioteca da Universidade de Praga foi saqueada (Báez, 2006, p. 183-184)

A queima de livros pelo partido nazista alemão, principalmente no ano de 1933, teve por principal motivação restaurar a pureza da cultura germânica através de uma “limpeza” cultural, eliminando obras relacionadas à cultura judaica e outros assuntos considerados impróprios. A censura através da queima faz com que muito seja perdido para sempre, pouco seja recuperado e a perda intelectual, portanto, perdure por gerações.

Dado o escopo deste trabalho, é de interesse observar também as origens da censura em território nacional, seus desdobramentos aos longo dos anos nos meios de comunicação brasileiros, antes de discutirmos formas por ela tomadas durante a ditadura militar (1964 a 1985) e de tratarmos de sua eventual presença nas bibliotecas universitárias brasileiras.

3.1 BRASIL COLÔNIA E PORTUGAL

A censura no Brasil nasceu juntamente com sua condição colonial. Conforme Abreu (2009),

“No Antigo Regime, a discordância em relação à ortodoxia política ou religiosa era considerada um crime que cumpria combater. Conscientes do impacto da escrita na difusão de ideias e da amplificação de seu alcance com a invenção da imprensa, os diversos governos ocuparam-se com a censura aos escritos, controlando sua publicação, circulação e leitura. Em Portugal, esse controle formalizou-se já no século XVI, em momento muito próximo ao da produção do primeiro livro impresso, que parece ter sido o Tratado de Confissom, impresso em Chaves, em 1489.” (p.2)

Antes de 1500, contudo, já havia censura em Portugal e as leis existentes na Metrópole, nesse sentido, estenderam-se às colônias, ou seja, a partir de 1500 a censura é uma marca a ser estabelecida também no que viria a se chamar Brasil. Assim, há relatos, por exemplo, de queima de livros pela coroa portuguesa desde 1451, a mando de D. Afonso V. De outro lado, há restrições explícitas contra judeus, mouros e protestantes nas prensas portuguesas, em 1508, a mando de D. Manoel (Leitão, 2011, p. 96). A censura, atrelada à manutenção de diferentes regimes autoritários, foi instrumento recorrente na história portuguesa, até a segunda metade do século XX, sendo renovada durante a ditadura salazarista (1926-1975). A proibição à livre produção e circulação de ideias que ameaçassem o poder estabelecido foi ato permanentemente e com relativa frequência renovado e reforçado na Metrópole, dado sobretudo o estreitamento das relações entre o Estado Português e a Igreja Católica, contra atos considerados de heresia, no século XVI. Nesse sentido, a Inquisição Portuguesa, que nasce em 1536, a partir da criação do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (Martino; Sapaterra, 2006, p.2), renova e amplia ações oficiais da coroa, estendidas a todos os seus territórios.

A censura ao processo de produção de livros e documentos já existia, porém, antes da Inquisição no país (Leitão, 2011, p.96), esta só iria se estruturar, se intensificar e se fortalecer, como instituição censória, a partir de 1539 (Leitão, 2011, p.96), precedida pela Mesa do Desembargo do Paço, ordem do Poder Régio, criada em 1537. Portanto, a Coroa Portuguesa preocupava-se, tanto como a Igreja, com o controle de publicações e a Inquisição foi mais um dos organismos acrescentados a práticas de censura já existentes.

Assim, o sistema censório da época, em Portugal, estava dividido em três instâncias: a Mesa do Desembargo do Paço (Poder Régio), o Santo Ofício

(Inquisição) e o Ordinário (Bispo). Os três atuavam em um formato de censura preventiva, vistoriando os livros antes de sua publicação. Mais tarde, em 1768, o Marquês de Pombal unifica a censura através da criação da Real Mesa Censória, que se torna responsável pela fiscalização das obras (Martino; Sapaterra, 2006, p.3). Todavia, as atribuições do órgão durariam até 1794 quando D. João VI retorna a atribuição de censura à tríplice Santo Ofício, Ordinário e Mesa do Desembargo do Paço (MARTINO, SAPATERRA, 2006, p.5).

Figura 5 - Catálogo de Livros Proibidos em Portugal



Fonte: Manuel Anastácio

Durante o período colonial, muitas foram as tentativas de se estabelecer uma tipografia no Brasil, mas que falharam devido às proibições da Coroa portuguesa. Houve tentativas de estabelecimento de prelos no Recife e, com mais sucesso, no Rio de Janeiro. Contudo, em 06 de julho de 1747, foi expedida uma ordem régia, buscando impedir qualquer tentativa de impressão na colônia (Hallewell, 2012, p.91). O documento dizia que:

“[...] por constar que deste reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não é conveniente se

imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto se vos ordena que, contando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis sequestrar, e remeter para este reino por conta e risco de seus donos, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam livros, obras, ou papéis alguns avulsos, sem embargo ou quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, culminando-lhes a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino [...]” (Martins, 1996, p. 303)

De fato, se do ponto de vista estritamente econômico, como aponta Hallewell (2012), não fazia sentido que se produzisse na colônia artigos manufaturados dado seus altos custos de produção, a suposição mercantilista básica, no entanto, aponta que a colônia deve fornecer matérias-primas e em troca consumir os manufaturados da metrópole. Tal raciocínio leva o autor de “O livro no Brasil” a identificar aí uma tentativa de justificativa à censura política à imprensa e tipografias no Brasil. Ou seja, à restrição política, tratar-se-ia, também, de “mais uma restrição à iniciativa econômica na colônia.” (Hallewell, 2012, p. 92-93).

Assim, juntamente aos motivos de censura previamente elencados, a produção de livros ficou restrita a Portugal até a chegada da família real ao Brasil, datada de 1808, quando se assiste ao estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Tal instalação em solo brasileiro marca o início de textos impressos diretamente no Brasil Colônia, embora isso marque também o aumento da demanda na fiscalização que ficava a cargo da Mesa do Desembargo do Paço (El Far, 2006, p.8). Segundo El Far, na colônia:

“[...] seus funcionários fiscalizavam tudo o que entrava e saía dos portos brasileiros. Vigiam também o conteúdo de cada obra, os títulos colocados à venda e a fidelidade das impressões. As publicações aprovadas recebiam a devida autorização, com os dizeres “Com licença do Desembargo do Paço”, e passavam a circular livremente pela cidade.” (El Far, 2006, p.8)

A fiscalização de livros proibidos não se restringiu à entrada de livros na colônia e produzidos fora dela, mas também à sua posse pessoal. A Real Mesa Censória deixava a cargo das autoridades de diferentes áreas administrativas que publicassem e executassem editais de proibições (Villalta, 1999, p. 217)

Villalta aponta documentação de ouvidores do Maranhão e das comarcas de Paranaguá, Rio de Janeiro, Pará Vila de Nossa Senhora da Vitória comunicando à Real Mesa Censória a respeito do seu sucesso - ou falta deste - no recolhimento de exemplares em seus estados durante a década de 1770 (1999, p.218). É interessante destacar ordem do vereador e juiz de fora da Vila do Sabará “[...] que em obediência às determinações da Real Mesa Censória, se denunciasses as pessoas que retivessem livros do padre Antônio Vieira considerados sediciosos pelo mesmo tribunal e, ainda se queimassem tais obras.” (Villalta, 1999, p. 217). A ordem de queima das obras parece excessiva em comparação às outras proibições que ao invés de proibir ou dificultar a circulação de certas ideias, as aniquila completamente.

Vale destacar, em relação à censura no período colonial, mas que se estendeu além dele, a existência do “Índice de Livros Proibidos” - ou *Index Librorum Prohibitorum* -, promulgado pela primeira vez em 1564, pelo Santo Ofício e só abandonado pela Igreja na segunda metade do século XX. Tratava-se de uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica cujo “[...] objetivo era prevenir a leitura de livros imorais ou de obras que contivessem erros teológicos, prevenindo a corrupção dos fiéis.” (Martino; Sapaterra, 2006, p.9). O Index Romano teve sua última edição, em 1948, e seu abandono pela Igreja somente em 1966, censurando não apenas autores protestantes, mas também cientistas, filósofos e outros pensadores. São, portanto, séculos de bloqueio à disseminação de conhecimentos considerados ameaçadores ao mundo católico (Leitão, 2011, p.48).

Assim, associada à censura religiosa da Igreja Católica Romana, os rigores da censura política atingiu não apenas a Metrópole, como também suas colônias, de diferentes modos. Se, em 1536, tem início a Inquisição Portuguesa, com a criação de um Tribunal do Santo Ofício em Lisboa, uma década depois, a partir de sua expansão e maior influência do poder civil na Inquisição, inicia-se a censura a livros e leituras patrocinada tanto pela coroa portuguesa como pela Igreja e não apenas em Portugal, como também no Brasil (Martino; Sapaterra, 2006). Tal como na metrópole, na colônia, censura política e censura religiosa andaram a par, criando barreiras à livre circulação de ideias.

Dessa forma, não só a produção de livros foi controlada e punida no Brasil Colônia, como sua circulação e recepção foram vigiadas pelo Estado português e a Igreja. Apesar de terem existido, mesmo se difusas, resistências ao ditames da época, Leitão acredita que “a censura portuguesa contribuiu para a formação de

uma mentalidade conservadora, preconceituosa que deixou de acompanhar o progresso dos demais países europeus [...]”(Leitão, 2011, p. 72) e que [...] criou obstáculos para a evolução cultural e comprometeu a autonomia econômica [...]” (Leitão, 2011, p. 72).

3.2 ERA VARGAS (1930 A 1945)

Apesar de não ser uma prática nova, no séc. XX “[...] novas maneiras de destruir livros e instrumentalizar essa destruição foram testadas e aperfeiçoadas.” (Battles, 2003, p.157) e, coincidentemente, em meio a regimes de exceção e estados totalitários. No Brasil, se destacam as estratégias utilizadas por Getúlio Vargas, que, especialmente durante o Estado Novo, “[...] deu início ao uso e abuso de formas violentas de coerção e repressão para coibir e controlar a difusão de ideias e de críticas ao governo, assim como ao conhecimento e ao saber.”(Leitão, 2011, p.105).

Como parte, por exemplo, de sua estratégia de controle aos meios de comunicação, Vargas inaugurou duas instituições que teriam papel importante nos processos de comunicação do período, incluída aí dinâmicas de censura explícitas e implícitas. Nesse sentido, foram criados, então, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pelo controle dos meios de comunicação e da produção artística e intelectual (Leitão, 2011, p. 105), ao mesmo tempo que o Instituto Nacional do Livro (INL), responsável pela maior parte da difusão de livros pelo Estado, no Brasil. Assim, em um período assombrado por uma suposta ameaça comunista, em que documentos e obras impressas são vistos pelo governo não apenas como modos de se propagar ideais comunistas, mas também como objetos de propaganda dos ideais getulistas (Igreja, 2021, p. 120), a atuação conjunta do INL e do DIP fortalece os objetivos do governo de manter controle sobre o que a população lê, não apenas proibindo, mas também ditando leituras. Dessa forma, o INL criava e difundia conteúdos que fossem de interesse do governo e o DIP ficava responsável pela censura de publicações impressas contrárias ao regime e/ou que apresentassem conteúdos comunistas. (Igreja,, 2021, p. 120)

Desde sua criação em 1937, o INL se preocupava com o livro como forma de transmissão do que o Estado entendia por cultura nacional, porém sem se

preocupar com os interesses culturais das comunidades atendidas, entre outras, pelas bibliotecas públicas. Caberia ao Estado definir e distribuir leitura “culturalmente adequada” (Oliveira, 1994, p. 46), por meio do INL. A forma de censura praticada pela agência, criada pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de setembro de 1937, nascia, portanto, ligada à definição pelo Estado do que é culturalmente aceito e adequado à sociedade, da filtragem institucional que publicava e propagava obras culturais que se alinhassem com os ideais do Estado Novo, “[...] de forma que não há discursos plurais, mas apenas a constante manutenção dos ideais do Estado e a exclusão dos demais” (Igreja, 2021, p. 122).

Nesse período, o acervo das bibliotecas públicas, construídos sob orientação do Estado, segundo Oliveira (1994), equivalia a dizer: “leia estas obras escolhidas se deseja ser reconhecido como cidadão.” (p. 46). Em outras palavras, tal como aconteceria posteriormente, durante o regime militar brasileiro, com as bibliotecas públicas estudadas por Vicente (2016), ao mesmo tempo que a censura era explícita, a cargo de dispositivos estatais criados para tal fim, havia uma censura implícita que se apresentava na “[...] mecanização e pasteurização de acervos públicos por meio de distribuição de pacotes prontos, definindo aquilo que os usuários devem ler” (Leitão, 2011, p. 31-32).

O DIP foi criado pelo Decreto N° 5.077 de 29 de dezembro de 1939 e, dentre suas principais atribuições, era responsável pela “[...] elucidação da opinião nacional sobre de diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras [...]” (Brasil, 1939).

Além de serviços auxiliares, o órgão compreendia 5 divisões principais sendo I - Divisão de Divulgação (D.D.); II - Divisão de Rádio-difusão (D.R.); III - Divisão de Cinema e Teatro (D.C.T.); IV - Divisão de Turismo (D.T.); e V - Divisão de Imprensa (D.I.). Segundo Artigo 6° do decreto N°5.077 de 29 de dezembro de 1939, faziam parte da competência da Divisão de Divulgação (D.D.):

- “a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras;
- b) interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral;
- c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional; (Brasil, 1939,)”

A criação de uma estrutura que agisse na divulgação e facilitação da impressão de livros, mas também em sua vigilância e fiscalização, demonstra que o governo reconhecia o poder do livro como difusor de ideias e desenvolvia mecanismos para bloqueá-lo. Na exposição dos motivos da criação do INL, o então Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, ilustrou essa mentalidade do governo getulista, ao afirmar que:

“O livro não é só companheiro amigo, que instrue, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.”
(Brasil, 1937)

O medo do Estado da utilização do livro como “instrumento do mal” o colocou como principal “[...] alvo do combate contra a propagação dos discursos concorrentes ou discordantes.” (Igreja, 2021, p. 125) e a proposta de combate não se ateve apenas à proibição. Durante a década de 1940, o DIP chegou a confiscar os acervos da Biblioteca da Sociedade Alemã da Vila Mariana e a biblioteca do Partido Comunista de Ribeirão Preto (Leitão, 2011, p. 117). Hallewell relata, por sua vez, que livros de Jorge Amado e Monteiro Lobato não escaparam às fúrias censórias, no país. Além de apreendidos, foram queimados publicamente (2012, p. 504).

3.3 GOVERNOS DE 1946 A 1964

O que vale destacar desse período é a criação do Serviço de Censura a Diversões Públicas (SCDP) pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, com o objetivo de distinguir a censura política que havia sido realizada pelo DIP, da censura em nome da moral e dos bons costumes. Por isso, segundo Leitão (2011), durante os governos de 1946 a 1964, não teria havido mudanças substanciais que favorecessem o direito à liberdade de expressão. Para ele, a transição de governos, após o fim do Estado Novo, não modificaram a cultura de censura instalada no país desde longas datas. (Leitão, 2011, p. 118).

3.4 DITADURA MILITAR (1964-1985)

A censura durante o regime militar no Brasil foi intensa e violenta. Porém, antes do AI-5, ainda nos primeiros anos de governo militar, “[...] a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física.” (Reimão, 2014, p. 75).

Durante esse período pré-AI-5, importante destacar em relação a atos censórios, a perseguição ao editor Ênio da Silveira e à editora Civilização Brasileira. Ênio foi preso pela primeira vez, já em 1965, e a Editora Civilização Brasileira foi invadida por diversas vezes com parte de sua produção apreendida, (Reimão, 2011, p. 10-11). Silveira, porém, continuou fazendo resistência ao regime militar, tendo a livraria da editora se tornado ponto de encontro de escritores, pensadores e intelectuais contrários ao governo (Hallewell, 2012, p.634).

A decretação do AI-5 no final de 1968, de maneira geral, trouxe a legalização da censura a produções culturais e intelectuais, a cargo do Ministério da Justiça (MJ), por meio de órgãos como o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), onde estava alojado o Serviço de Censuras de Diversões Públicas (SCDP). Porém, é a partir do decreto-lei n° 1077, de 26 de janeiro de 1970, que livros e revistas começam também a passar pelo processo de censura prévia, necessitando autorização dos censores para publicação.

Os dois primeiros artigos do Decreto-Lei n°1077, de 26 de janeiro de 1970, declaravam que:

“Art.1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.” (Brasil 1970)

O decreto ainda previa que, encontrados conteúdos ofensivos à moral e aos bons costumes, fosse feita a proibição da obra e apreensão de seus exemplares e, em caso de descumprimento, multa e incineração dos exemplares vendidos e exibidos. (Brasil, 1970).

O Decreto-Lei causou descontentamento e resistência entre editores, escritores e outros intelectuais. Alguns autores, como Érico Veríssimo e Jorge

Amado, declararam recusa na entrega de seus originais (Reimaõ, 2014, p. 78). Somadas questões de opinião pública que tais recusas de intelectuais consagrados representavam, às questões práticas do alto número de censores necessários para dar conta de todas as submissões de publicações, o governo ditatorial voltou atrás na decisão e editou a Portaria 11-B que liberava algumas categorias de passarem pela censura prévia:

“Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes.”(Brasil, 1970)

Mesmo sem a necessidade de todas as publicações passarem por verificação prévia, o número de censores continuou pequeno em relação ao número de novas publicações e, com isso, a maior parte de censura a obras acontecia através de denúncias (Leitão, 2011, p. 132). O leitor que lesse um livro e o considerasse inadequado, poderia denunciá-lo ao Ministério da Justiça que, depois de avaliá-la, daria um parecer. (Igreja, 2021, p.132). Carlos Fico (2002) aponta que cerca de 200 cartas chegaram ao DCDP - parte das quais originalmente direcionadas ao Presidente da República e ao MJ e depois encaminhadas ao órgão. Durante os anos de 1968 a 1980, tal correspondência teve como finalidade denunciar livros, programas televisivos, dentre outros (2002, p. 268-269).

Assim, é de interesse observar não apenas o papel dado à população dentro do sistema censório do regime, mas também a decisão de parte do povo brasileiro em assumir esse papel de colaborador ativo para a manutenção e prevalência das ideias do regime. Não se sabe com certeza quantos livros foram realmente proibidos ou censurados durante o regime. Ventura sugere cerca de 200 livros (1988, p. 285), enquanto Reimão aponta 490 livros (140 de autores nacionais) e 97 revistas (2014, p.79 - 80). Hallewell estima que até o fim de 1978, seriam 500 livros (2012, p.653).

Especificamente em relação às bibliotecas, há apenas uma determinação específica documentada pelo Arquivo Nacional de carta do então Ministro da Justiça pela retirada do livro “Dias de Clichy”, sem nenhuma outra documentação sobre orientação de retirada de outras obras proibidas. (Leitão, 2011, p. 131). Porém, muitos são os relatos de censura às bibliotecas de universidades públicas brasileiras.

4 A CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA DITADURA MILITAR

Entende-se aqui por biblioteca universitária as bibliotecas de universidades, faculdades e escolas de nível superior, sendo uma biblioteca “[...] cuja existência se justifica pelo apoio que oferece ao desenvolvimento e produção do conhecimento” (Leitão, 2003, p. 17).

Para Lemos:

“As bibliotecas universitárias são, em geral, mais bem aquinhoadas do que as públicas e escolares. Nelas se concentra a maioria esmagadora do acervo bibliográfico de todo o país. Delas existe grande pluralidade e diversidade. Podem ser únicas, como é o caso da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, ou se multiplicar em várias, às vezes dezenas, dentro da mesma universidade, como é o caso da Universidade de São Paulo. Também é, dentre as que se acham abertas à comunidade em geral, onde existe a possibilidade de se contar com serviços de primeira categoria e atendimento profissional.

Por definição, os acervos das bibliotecas universitárias refletem grandemente as necessidades de informação dos pesquisadores e professores. Lá se encontram as maiores e melhores coleções de periódicos especializados e também os melhores acervos de obras de referência.” (Lemos, 2008, p. 109)

Fica nítido, assim, a importância das bibliotecas universitárias, não apenas dentro de suas comunidades, mas para a memória e produção de conhecimento no país como um todo. E, apesar disso, não deixaram de ser alvo de investidas e ameaças de agentes da ditadura militar. Desse modo, como apontado no capítulo anterior, apesar da ausência de ordens expressas e explícitas ao funcionamento das bibliotecas durante o regime militar, bibliotecas universitárias não deixaram de estar na mira da censura no período.

4.1 BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília inaugurou sua primeira instalação em 21 de abril de 1962, tendo apenas dois anos na ocorrência do golpe, em 1964.

Durante a primeira invasão da UnB por tropas do exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, em 4 de abril de 1964, dias após o golpe militar, a BCE, juntamente com escritórios de professores, foi interditada e assim mantida, mesmo após o fim da invasão (Rodrigues, 2013, p.33). Em 10 de abril de 1964, noticiando a invasão, o *Correio Braziliense* lista materiais que teriam sido encontrados na universidade, dentre eles livros considerados subversivos. No entanto, ao discorrer sobre a invasão, Salmeron relata que:

“Circularam várias histórias jocosas a respeito de obras consideradas suspeitas: tábuas de logaritmos teriam sido tomadas como códigos secretos, livros teriam sido julgados subversivos porque suas capas eram vermelhas.” (Salmeron, 1977, p.177)

Rodrigues (2013) também aponta relatos de censura a livros apenas pela cor vermelha da capa. A autora expõe trecho de entrevista com uma pessoa anônima que foi funcionária da BCE durante o período:

“O pessoal do DOPS chegou à biblioteca, e eu estava na referência da biblioteca, ainda nem era bibliotecário, mas trabalhava lá. Chegaram dois ou três caras do DOPS e foram nas estantes com o cassete na mão. Chegaram ao balcão com vários livros de capa vermelha e disseram ‘esses livros não podem ficar no acervo porque eles têm capa vermelha, capa vermelha lembra o comunismo.’ Eles pediram para que saíssem do acervo, eles não abriram o livro, nem sabiam de que se tratava. Após uns dias, os livros voltaram pra estante. Não tinha nada a ver, mas eles faziam o que queriam.” (Rodrigues, 2013, p.42)

Rodrigues entrevistou ao todo dois funcionários, um gestor e um usuário da Biblioteca Central que estiveram presentes na biblioteca em diferentes espaços de tempo, a partir de 1965. Com os relatos colhidos e outras fontes de pesquisa, a autora construiu um panorama geral de censura à BCE durante os anos do regime militar. Segundo ela, além da censura oficial do governo na proibição de algumas obras, os próprios bibliotecários retiravam livros de circulação (Rodrigues, 2013, p. 41).

Em entrevista a Leitão (2011), Agenor Briquet de Lemos, bibliotecário e ex-professor de Biblioteconomia da UnB relata:

“Eu vi depois nessa caixa-forte exemplares de outros livros que os próprios bibliotecários tinham retirado das estantes e guardaram:

vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode estar de volta.”(Leitão, 2011, p. 133)

Rodrigues (2013) afirma que essa caixa forte, também chamada de “cofre”, teria tido papel fundamental para a preservação de obras que não podiam circular na biblioteca no período (2013, p.41). Em geral, os livros que iam para o cofre da Biblioteca Central eram de autores considerados perigosos pelo regime, comunistas (Rodrigues, 2013, p.42) e, conforme determinações da época³, poderiam ter sido confiscados. Segundo usuário entrevistado pela autora, o desaparecimento de livros das estantes apresenta é motivado por outras razões. Ele relatou episódio em que, junto de outros colegas, invadiu a biblioteca durante a noite e, ao fazer isso, encontraram livros que estavam proibidos pelo regime em um vão embaixo da biblioteca. Segundo ele:

“A Universidade de Brasília tinha esses livros, ao invés de estarem abertos para consulta, pois o lógico era ser aberto para consulta nas estantes da biblioteca, mas estavam lá escondidos (...) a reitoria escondia no porão da biblioteca os livros para fazer censura, quer dizer, que absurdo é esse em que a Universidade fazia censura aos livros que os alunos podem ou não podem ler. Esse é o absurdo dos absurdos.” (Rodrigues, 2013, p.40)

Por outro lado, um dos funcionários relata a respeito da aquisição de novos materiais:

“A aquisição de materiais continuou normalmente, mas acontece que você não adquiria aquilo que você não achava que deveria adquirir. Se um professor mandasse uma lista pedindo seria uma encrenca. Quem vai assinar em baixo? Você tinha emprego, família, ia ser suicídio.” (Rodrigues, 2013, p.41)

A fala retrata o medo em relação às consequências de se opor ao regime que legalizou e normalizou a censura aos livros, obrigando a que se “cumprisse a lei”, entendida como dado natural a ser acatado por todos, sem opções de ações contrárias. E, de fato, não apenas Rodrigues constata que não haveria muito a ser feito em relação à censura dentro da BCE (2013, p.42). Lemos concorda, apontando a legalidade como capa protetora desses mecanismos repressores do Estado que eram legais, apesar de ilegítimos, (Leitão, 2011, p. 133).

Para além da censura, os relatos dos funcionários da Biblioteca Central da UnB indicam, também, a presença de espiões dentro da comunidade da biblioteca. Um dos funcionários aponta que militares apareciam na biblioteca, contudo, sem

³ Cf. Item 3.4

farda para não serem reconhecidos. Mesmo assim, conforme relata um entrevistado, eram identificados:

“Já sabíamos que eram espiões, pois não pediam informações, andavam com um único livro debaixo do braço, ficavam no meio das carteiras onde poderiam verificar o movimento. Qualquer coisa de subversivo que eles escutassem ali já reconhecia e deletava depois. A BCE também tinham dois ‘dedos duros’ entre os funcionários. Um era da Marinha, chefe dos serviços gerais. O outro era do Comando Nacional do Planalto. (Rodrigues, 2013, p.43).

4.2 BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em pesquisa sobre a censura durante a ditadura de 1964-1985, nas bibliotecas da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), Chaffes colheu relatos de duas bibliotecárias e professoras, então funcionárias da Universidade. De maneira geral, os relatos referem-se a ações de repressão que afetaram a Universidade como um todo e que atingiram de forma mais sutis e indiretas as bibliotecas. Como primeiro exemplo, é possível citar o grande número de denúncias e delações contra professores considerados “subversivos e comunistas” que também afetou os bibliotecários, em menor escala (Chaffes, 2009).

A principal forma de repressão à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo regime militar foi o expurgo de funcionários e estudantes, nos anos de 1964 e 1969, por meio da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (CEIS/UFRGS). A comissão, além de militares, foi composta por 16 docentes indicados pelas Faculdades. Ela conduziu investigações que resultaram no expurgo de 17 funcionários, em setembro de 1964 (Daudt; Fontana, 2012, p. 146-147). Não há relatos de invasões à universidade e às bibliotecas. Há, todavia, a revelação da presença constante de informantes do regime, apesar de nem sempre ser possível identificá-los (Chaffes, 2009, p.35).

As entrevistas realizadas por Chaffes relatam não haver restrições de cabeçalhos, cerceamento no trabalho na biblioteca ou lista de livros proibidos (2009, p.34-35). Porém, apesar da não existência de uma lista, livros foram censurados por motivos políticos e morais, mesmo sem critérios específicos ou conhecimento do teor das obras, sendo banidos livros de autores russos, com supostos ideais comunistas e de esquerda no geral (Chaffes, 2009, p.34).

Uma das bibliotecárias conta também o banimento de livros do acervo pela cor vermelha na capa:

“Tem um caso que foi hilário, que eram alguns livros encadernados em vermelho que estavam na Faculdade de Arquitetura e que, por ordem da direção, foram guardados, porque houve receio de que achassem que eram livros vermelhos do comunismo [...]” (CHAFFES, 2009, p. 44)

Mesmo com essa prática, as duas funcionárias apontam que nunca esconderam livros na tentativa de evitar sua apreensão ou que conheceram alguém que se serviu de tal subterfúgio (Chaffes, 2009, p.36). Tal comentário pode ser relacionado à pergunta que Chaffes fez às entrevistadas sobre as estratégias pessoais de combate e resistência frente ao governo militar. Elas responderam que não houve estratégias, principalmente em razão de que “frente aos atos dos militares, não havia estratégia individual que surtisse efeito.” (Chaffes, 2009, p. 56)

Atos de resistência coletivos, todavia, eram difíceis de ocorrer no âmbito estrito da profissão no Rio Grande do Sul, uma vez que, entre outras dificuldades, não era possível desconsiderar que parte do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) incluía pessoas favoráveis ao golpe (Chaffes, 2009, p. 37).

Assim, seja em função do silêncio, por medo de represálias da maior parte da classe de bibliotecários, ou por adesão de alguns profissionais ao golpe, as bibliotecárias entrevistadas concluem que a biblioteca da UFRGS foi afetada pelas condições da época. De maneira geral, em meio às convulsões do momento, ela não desempenhou papel algum relevante durante o regime militar (Chaffes, 2009, 37).

4.3 BIBLIOTECA MARINA SÃO PAULO DE VASCONCELOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcelos pertence ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e ao Instituto de História (IH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu nome é homenagem à professora da instituição na década de 60, Marina São Paulo de Vasconcelos, vítima do regime militar.

Uma vez que “a biblioteca não pode ser analisada sem que se conheça a instituição que lhe deu origem [...]” (Leitão, 2003 p.17) é importante entender o cenário de repressão em que se encontrava o IFCS. O Instituto foi usado como

análise para a Reforma Universitária de 1968 e, com isso, tornou-se especialmente visado pelo governo militar (Lobo, 1989 p. 27-29). A perseguição a professores, funcionários e alunos e a escolha de pessoas simpatizantes ao golpe em cargos de poder dentro da instituição, afetaram o funcionamento da biblioteca direta e indiretamente.

Um exemplo disso é seu fechamento, após a transferência do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em 1969, para o Largo São Francisco, afetando a qualidade e também o número de pesquisas realizadas, não havendo incentivo à sua produção nem mesmo do tipo conservadora. (Vainfas; Gomes, 1992 p. 93).

Além disso, o processo de transferência do IFCS até o Largo São Francisco demonstrou o descaso com a biblioteca, uma vez que os livros foram transportados sem cuidado algum, jogados em camburões, como aponta a Professora Yvonne Maggie, em entrevista a Oliveira:

“E quando nós mudamos pra cá foi também uma coisa muito triste, nós viemos e a biblioteca do Instituto de ciências sociais era uma biblioteca excelente de ciências políticas, toda biblioteca de ciências humanas da Universidade do Brasil tinha o acervo lá no instituto de ciências sociais, era uma grande BIBLIOTECA [com ênfase] colocaram tudo em caminhão de lixo, trouxeram pra cá (IFCS) até de camburão com soldados, colocaram numa sala lá no segundo andar e ficaram todos jogados.” (Oliveira, 2016, p.42)

A professora aponta ainda o quanto o fechamento da biblioteca prejudicou os cursos, uma vez que não existia pesquisa e nem o acesso e consulta ao acervo, mesmo por parte dos professores. Foi preciso encontrar outras formas de uso e compartilhamento dos livros e materiais necessários:

“A gente tinha o sistema que era de empréstimo, professores tinham que comprar os livros e emprestavam os livros para os alunos, tanto assim que a minha biblioteca é toda furada, entendeu? Porque a gente ia e levava os livros e circulava os livros. Aí começou uma coisa que era naquela época no início dos anos 70 o mimeógrafo que a gente mimeografava muitos textos e depois com a entrada da xérox virou a biblioteca de babel.” (Oliveira, 2016, p. 45)

Entretanto, apesar de tornar possível as leituras necessárias para as disciplinas e cursos, a prática era perigosa por conta dos inúmeros espões plantados na Universidade, de forma que a posse e a tiragem de cópias de obras marxistas poderiam causar problemas (Oliveira, 2016, p. 45).

Esse risco, porém, não era novidade e o medo de ser apanhado com obras proibidas, principalmente associados ao comunismo, já acompanhava os docentes desde o início do regime. Maggie conta que ajudou a Prof^a Eulália Maria Lahmeyer Lobo, também professora de Ciências Sociais do IFCS, a se livrar de uma coleção de livros marxistas:

“[...] nós fomos no meu carro, um fusca, colocamos os livros dela todos de marxismo que ela dava aula de Lênin, Marx, Fidel Castro, Mao Tse Tung, colocamos numa mala e jogamos no mar, lá em São Conrado, porque ela com razão tinha medo que a polícia entrando na casa dela, ter um argumento, né?”(Oliveira, 2016, p.46).

É interessante apontar que mesmo que a biblioteca tivesse permanecido aberta e seus livros disponíveis à consulta, as estratégias de compartilhamento de literatura censurada muito provavelmente ainda se fariam necessárias, uma vez que levantamento de Rodrigues (2016) aponta que, até o fim do regime, o número de títulos censurados pelo governo militar presentes no catálogo da biblioteca, era de apenas seis (p. 53). Na falta de registros documentados de atos censórios, essa constatação demonstra a dificuldade de os livros censurados penetrarem no acervo, apesar de ainda encontrarem maneiras de estar presentes nas ementas dos cursos.

A biblioteca do IFCS permaneceu fechada até 1979, quando a Prof^a Eulália Maria Lahmeyer Lobo, retornando do exílio, lutou pela reabertura da biblioteca:

“Quando voltei para o IFCS, com a anistia, a primeira coisa que fiz foi lutar pela biblioteca. Abrimos uma câmara escura no quarto andar, onde estavam os livros empacotados, e trouxemos tudo para fora em carrinhos de mão emprestados da seção de obras do prédio.” (Vainfas; Gomes, 1992, p. 93-94)

A reconstrução da Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcelos foi um processo longo e difícil, uma vez que foi necessário, além de reconstruir o sistema de informação da biblioteca, refazer a parte física, também bastante debilitada. No momento da reabertura, a Congregação do IFCS aprovou por aclamação sugestão da Prof^a Eulália de homenagear a primeira diretora do IFCS e professora aposentada compulsoriamente, pelo AI-5, em 1969, Marina São Paulo de Vasconcelos (Oliveira, 2016, p. 46).

4.4 BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Muitos são os relatos de censura e repressão aos funcionários e estudantes da Universidade de São Paulo (USP), durante os anos do regime militar. Porém, os casos explícitos que abordam diretamente as bibliotecas da instituição e seus livros, são poucos. Durante levantamento bibliográfico realizado, foi possível constatar referências a ataques a bibliotecas da USP, sem, contudo, maiores pormenores a respeito que poderão ser revelados por pesquisa de maior alcance que a deste TCC.

Rodrigues cita relato da bibliotecária Alba Costa Maciel que atuou na USP durante a ditadura militar. Maciel confirma o encaixotamento de livros e lacração de uma das bibliotecas universitárias da instituição (Azevedo, 2003 *apud* Rodrigues, 2020, p. 83). Da mesma forma, em livro publicado pela Associação de Docentes da USP (ADUSP), a respeito do controle ideológico presente na universidade nos anos do regime, Paulo Duarte, ex-professor universitário, expõe invasão da biblioteca da Faculdade de Filosofia, do campus de Ribeirão Preto, após denúncia de que haveria livros de Karl Marx no acervo (ADUSP, 1978, p.16). Paralelamente, Duarte relata, também, a depredação da biblioteca pertencente ao professor da instituição, Mário Schenberg, em busca de materiais subversivos durante sua prisão, em 1965 (ADUSP, 1978, p. 13).

Apesar da não obtenção das especificidades dessas referências, tais informações indicam a ocorrência de censura a livros e bibliotecas dentro da USP. Mesmo se limitadas e dispersas, permitem aventar hipóteses que indicariam ações censórias do regime militar a bibliotecas universitárias da USP, o que significaria dizer que não esses atos não permaneceram apenas no âmbito das Universidades federais, expandindo-se também a Universidades estaduais. Estudos posteriores poderão aprofundar estes indícios vindos de fontes confiáveis, mas exíguos e que exigem investigações mais aprofundadas e complexas, pois uma característica dos atos censórios do momento era bloquear não apenas o acesso às obras, como também a comunicação pública do bloqueio. De modo ardiloso, o autoritarismo do período não só censurava. Buscava impedir a memória dos atos repressivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto ao longo do trabalho, a censura é instrumento político de poder e repressão político cultural. Foi, ao longo da história brasileira, ferramenta primordial de regimes autoritários, embora seja conveniente fazer atenção para o

fato de que não se trata de característica exclusiva dos “estados de exceção”. É possível identificá-la, também, em regimes supostamente democráticos e, nesse sentido, é importante lembrar também que a censura não apresenta apenas formas explícitas, evidentes, mas implícitas, sorrateiras, insidiosas, nem sempre fáceis de serem desveladas.

Foi possível confirmar dentro da apresentação de casos de livros retirados de bibliotecas escolares que a censura ainda é um artifício atual utilizado como controle do que deve ou não ser lido. Principalmente dentro da profissão de bibliotecário, é preciso combater tentativas de censura e defender o ato de ler principalmente de censuras disfarçadas como seleção.

Em suma, é possível identificar padrões nos atos censórios às bibliotecas universitárias das universidades apresentadas. A forma encontrada pelo regime militar brasileiro para garantir que a censura se efetivasse foi marcada por atos de violência, da mesma forma que se amparou no medo, de modo a inibir atos de resistência coletiva que, no setor bibliotecário, em geral, ficou restrito a estratégias individuais importantes, muitas vezes arriscadas, mas de efeito limitado do ponto de vista histórico cultural.

Pode-se observar, também, o despreparo das forças censórias na execução do papel a elas atribuído de busca de materiais considerados subversivos. Os relatos de retiradas de livros com capa vermelha das estantes e tábuas de logaritmos, consideradas códigos secretos, demonstra a falta de condições por parte dos agentes designados para a realização dos expurgos. Eles não possuíam competência para identificar propriamente o “mal” que combatiam.

As instituições censórias, todavia, entendiam a relevância e influência do livro na construção e transformação de uma sociedade pensante. Por isso, escolhiam de forma consciente o que deveria ser proibido, selecionando autores e obras que disseminassem ideias contrárias aos ideais políticos e morais do governo do período. Não apenas isso, mas realizaram, ao longo da história, instruções de queima e destruição de obras censuradas, o que significa desejo de aniquilação de ideias e pensamentos contidos nestas obras, sob diferentes justificativas..

De forma geral, a censura às bibliotecas universitárias brasileiras foi uma consequência da censura política ao poder dos livros e das bibliotecas, uma vez que tal poder era o alvo prioritário das normas censórias que atingiram instituições privilegiadas da cultura escrita, como as bibliotecas universitárias ou outras, de

forma direta ou indireta, pois, com efeito, os atos censórios produziram prejuízos à pesquisa universitária, ao avanço do conhecimento de diferentes matizes, uma vez que este demanda liberdade para se desenvolver.

Os relatos que foram apresentados contribuem também para definir através de exemplos práticos o que se caracteriza como censura, questão de importância neste momento em que se discute no país a problemática da regulação das redes sociais. Fica nítido, com os exemplos, como as ferramentas e os objetivos das instituições censórias as distinguem de propostas atuais de regulação das redes sociais. Esta direção, na contemporaneidade, insere-se no âmbito da preservação e da afirmação da democracia e suas instituições, condição de enfrentamento das máquinas de desinformação que, com seus algoritmos, de forma deliberada, muitas vezes concertada, utilizam-se das redes e das tecnologias digitais para erodir liberdades. Enquanto a censura utiliza-se de artifícios que suprimem o direito à liberdade de expressão, buscando extinguir ideias que ameacem seu poder ou o de grupos que defendem seus próprios interesses, a regulação das redes atuais tem por objetivo barrar a difusão social de informações falsas, de mentiras, de desinformação e discursos de ódio, estranhos, portanto, à ordem pública e democrática. Da mesma forma que a censura é instrumento de preservação de quem se encontra no poder, notícias e informações falsas são uma forma de manipulação na busca de adquirir poder pela desinformação e, por isso, em tempos de *fake news*, a regulação do discurso, a partir dos preceitos da ordem democrática não pode ser confundida com censura.

Por fim, em ano em que o golpe militar completa 60 anos, é importante discutir seus acontecimentos e consequências, não apenas em memória daqueles que perderam a vida ou de todos que lutaram na busca de um país democrático. A rememoração é importante, para que não se esqueça das estratégias de controle violentas e autoritárias de diferentes regimes; é importante para que lutemos afirmativamente como sociedade e, em particular, no exercício da profissão, tendo em vista impedir o retorno dos estados de exceção que afetaram e talvez continuem afetando dinâmicas das bibliotecas e da vida pessoal e social em nosso país.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, M. (2009). A LIBERDADE E O ERRO: A AÇÃO DA CENSURA LUSO-BRASILEIRA (1769-1834). Fênix - Revista De História E Estudos Culturais, 6(3), 1–23. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/191>> Acesso em: 19 jun. 2024

AMERICAN Library Association, American Library Association reports record number of unique book titles challenged in 2023, disponível em <<https://www.ala.org/news/2024/03/american-library-association-reports-record-number-unique-book-titles>> Acesso em: 29 jul 2024

ANASTÁCIO, Manuel. Catálogo de livros proibidos em Portugal (1581). Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Catalogo_livros_proibidos.jpg> Acesso em: 15 jul 2024

ASHEIM, Lester Eugene. "**Not Censorship But Selection**", American Library Association, 29 mai 2007. Disponível em: <<https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/NotCensorshipButSelection>> Acesso em: 08 jul 2024

ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: Adusp, 2004.

ATOS institucionais. **Portal da Legislação**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>> Acesso em 02 nov. 2023

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2003.

BRASIL, **Ato Institucional nº1**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm> Acesso em: 12 jan 2024

BRASIL. **Decreto Nº5.077**, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 26 abr. 2024

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-exposicaodemotivos-75476-pe.html>> Acesso em: 26 abr. 2024

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.077**, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm> Acesso em: 10 abr. 2024

BRASIL. **Lei N° 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 jun. 2024

BRASIL. **Lei N° 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder>. Acesso em: 12 jan 2024

BRASIL. **Lei N° 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 12 jan 2024

BRASIL. Ministério da Justiça. Instrução n° 01, de 24 de fevereiro de 1970. Esclarece os parâmetros para realização da Portaria n° 11-B, de 6 de fevereiro de 1970. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 fev. 1970. Seção I, p. 7. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1970/02/24>>. Acesso em: 10 abr. 2024

BRASIL, Paula. **O Bibliocausto Nazista: a destruição de livros judaicos durante o terceiro reich**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 2016. 80 f

BRIQUET DE LEMOS, Antonio Agenor. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org). Introdução às fontes de informação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.p. 101-120.

CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 2009. 62 f

CHUTE, Hillary. Why was Maus Banned? **The Atlantic**, Washington, 21 nov 2024 Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/books/archive/2022/11/maus-art-spiegelman-book-ban-anti-semitism/672203/>> Acesso em: 01 ago 2024

A CNV. **Comissão Nacional da Verdade**, [s.d.]. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>> Acesso em: 22 nov. 2023

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DAUDT FISHER, Beatriz T.; FONTANA CERUTTI, Marcos. Comissão Especial de Investigação Sumária: uma estratégia política nada sutil (Brasil, golpe civil-militar/1964). **CONJECTURA: filosofia e educação**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2012.

Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1654>. Acesso em: 26 mai. 2024.

DOI-CODI, a máquina de torturar e matar. **Memorial da Democracia**, c2015-2017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>> Acesso em: 22 nov. 2024

EDITORA Mostarda. **Box Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas**. 2024 Disponível em: <https://www.editoramostarda.com.br/produto/box-meninas-sonhadoras-mulheres-cientistas/>> Acesso em: 02 de ago de 2024

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.

FICO, Carlos. “**Prezada censura**”: cartas ao regime militar”. Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, dez. 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2237-101X003005011> > Acesso em: 13 abr. 2024

FANTÁSTICO. **Queima de Documentos na Ditadura**. Video, 22 min. 12 dez 2004. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6870519/>> Acesso em: 15 out. 2023

GODOY, Marcelo. As Confissões do DOI-CODI. **Estadão**, [s.d.]. Disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/especiais/confissoes-do-doi-codi/>> Acesso em: 22 nov. 2023

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, n. 1, p. 119-143, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47046>> Acesso em 20 mai. 2024

KIM, Robert. Under The Law: Banning books: Unlawful censorship, or within a school's discretion? **Phi Delta Kappan**, n. 103 (7), p.62-64 Disponível e: <<https://doi.org/10.1177/00317217221092240>> Acesso em: 01 ago 2024

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Grupos de foco**: o uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar à avaliação quantitativa realizada pelo Sistema de Bibliotecas da USP. 2003. Dissertação (Mestrado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/D.27.2003.tde-12082003-150618. Acesso em: 26 mai. 2024

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.27.2010.tde-18102010-164858. Acesso em: 20 mar 2024

LIVRO de mulheres da ciência é retirado de escolas do interior de SP; MP define data para explicação. **Estadão**, São Paulo, 27 jun 2024

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. In: **Estudos Lingüísticos** XXXV, p. 234-243, 2006. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf Acesso em: 30 mar. 2024

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. ilustrada, revista e atualizada. São Paulo: Editora Ática, 1996

NASCE a Oban, braço da tortura em SP. **Memorial da Democracia**, c2015-1017. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> Acesso em: 22 nov. 2024

OLIVEIRA, Lizandra Fidelis. **Memória e silêncio em tempos de ditadura**: uma pesquisa sobre o impacto da censura na Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Rio de Janeiro, 2016. 73 f. 7

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca "Fora do Tempo"**: Políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 - 1989. 1994. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. doi:10.11606/T.27.1994.tde-08092022-090856. Acesso em: 20 mai. 2024

PRESIDÊNCIA da República. **Dilma discursa na posse dos integrantes da Comissão da Verdade**. Youtube, 16 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LLGbqm7vPsl&t=97s> Acesso em: 22 nov. 2023

RATSHAM, Leticia. Censura é uma herança que não foi superada no Brasil. **Comciência**, 2019. Disponível em: <https://www.comciencia.br/censura-e-uma-heranca-que-nao-foi-superada-no-brasil/> Acesso em: 24 fev. 2024

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. 2015. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.100.2015.tde-21082015-151559. Acesso em: 30 mai. 2023

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e a circulação..." – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008> . Acesso em: 09 jan. 2024.

RODRIGUES, Adriana Mariana de Araujo. **Destruição de Livros, Esquecimento e Memória**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo 2012. 77 f.

RODRIGUES, Carolina Carvalho. **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar**. Trabalho e Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2017. 101 f.

RODRIGUES, Carolina Carvalho. **O impacto da censura da ditadura civil-militar (1964-85) em bibliotecas universitárias: os acervos de instituições públicas situadas no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2020. 220 p.

RODRIGUES, Marcella Ludmila de Oliveira. **A censura na biblioteca central da Universidade de Brasília durante o regime militar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2013. 55 f.

ROSENTHAL, Sérgio. Lei da imprensa - 40 anos. **Migalhas**, 8 de fev. de 2007. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/35306/lei-da-imprensa---40-anos>> Acesso em: 02 nov. 2023

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, Thomaz H. da. [emoji de sirene] URGENTE! [emoji de sirene]. junho de 2024. Instagram: thomazhenriquesjc Disponível em: <<https://www.instagram.com/thomazhenriquesjc>> Acesso em: 02 ago 2024

UNITED States Holocaust Memorial Museum. **#01628**. Disponível em: <<https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa26351#rights-restrictions>> Acesso em: 07 jul 2024

UNITED States Holocaust Memorial Museum. **#68984**. Disponível em: <<https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa26367>> Acesso em: 07 jul 2024

UNITED States Holocaust Memorial Museum. Book Burning. **UNITED States Holocaust Memorial Museum**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/book-burning?series=198https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/43955/33611>> Acesso em: 07 jul 2024

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. A aventura de uma geração. 17. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

VERGUEIRO, Waldomiro. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros Ciência da Informação. Vol. 16 N° 1, 1987. Disponível em: <<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v16i1.266>> Acesso em: 3 jul 2024

VICENTE, Stefanie Cruz. **“Informação é a moeda da democracia”**: bibliotecas públicas durante a ditadura militar brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia, 2016. 62f Disponível em: <<https://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-2016.2/Stefanie%20Cruz%20Vicente.pdf>>

VILLALTA, Luis Carlos. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)* Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999. 271 p.